

# CGE-SC

**Auditor do Estado -**  
Conhecimentos Básicos



**Editais verticalizados**

Controladoria Geral do  
Estado de Santa Catarina

 O que cai  
**na prova**



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.

Formas textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção.

Marcas gerais de textualidade.

Marcas específicas de cada gênero textual.

Níveis de linguagem e sua adequação.

Estruturação das frases em componentes: operações de substituição, deslocamento e modificação.

Estrutura e formação de palavras.

As classes de palavras e seu desempenho textual.

A relação entre vocábulos: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos, hiperônimos, hipônimos.

A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Ortografia.

Tipos de discurso.

Linguagem figurada.

A pontuação e os sinais gráficos.

### FUNDAMENTOS DA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Auditoria governamental.

Controle interno.

Auditoria de conformidade e auditoria operacional.

Instrumentos de fiscalização: Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção.

Planejamento de auditoria.

Gestão de riscos no setor público.  
 Plano de auditoria baseado no risco.  
 Atividades preliminares.  
 Determinação de escopo.  
 Materialidade, risco e relevância.  
 Exame e avaliação do controle interno.  
 Risco inerente, de controle e de detecção.  
 Risco de auditoria.  
 Matriz de Planejamento.  
 Programa de auditoria.  
 Papéis de trabalho.  
 Testes de auditoria.  
 Importância da amostragem estatística em auditoria.  
 Execução da auditoria.  
 Técnicas e procedimentos.  
 Nota de Auditoria.  
 Solicitação de Auditoria.  
 Evidências.  
 Classificação de achados de auditoria.  
 Matriz de achados e matriz de responsabilização.  
 Comunicação dos resultados.  
 Relatório de auditoria.  
 Plano de Ação.  
 Documentação da auditoria.  
 Supervisão e controle de qualidade.  
 Governança no setor público.  
 Governança e governabilidade.  
 Princípios da governança pública.  
 Gestão ESG.  
 Lei Estadual nº 17.715/2019 – Programa de Integridade e Compliance na Administração Pública Estadual.  
 Compliance aplicada à gestão pública.  
 Conceito, princípios e normas.

ISO 31000:2018 Diretrizes para Gestão de Riscos.  
COSO I e COSO II.  
O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.  
Sistemas Administrativos.  
Lei Complementar SC nº 741/2019 e alterações.  
Estrutura Internacional de Práticas Profissionais do Instituto dos Auditores Internos (IPPF/IIA - 2017).  
O papel da auditoria interna na gestão de riscos.  
O modelo de três linhas.  
Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria IN CGE 001/2021.  
Estrutura básica da CGE/SC.  
Manual de Operações das Unidades Setoriais de Controle Interno – 1ª edição – CGE/SC (2022).

## **CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Conceito, tipos e formas de controle.  
Controle interno e externo.  
Controle parlamentar.  
Controle administrativo.  
Sistemas de controle jurisdicional da administração pública.  
Contencioso administrativo e sistema da jurisdição una.  
Controle jurisdicional da administração pública no Direito brasileiro.  
Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas.  
Controle pelos tribunais de contas.  
Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.  
Constituição do Estado de Santa Catarina.  
Controle exercido pela Administração Pública.  
Sistema de Controle Interno.  
Controle judicial.

Controle legislativo.

Lei nº 8.429/1992,

Lei nº 14.230/2021 e suas alterações (Improbidade Administrativa).

Controle Social e cidadania.

Governo Aberto. Noções Gerais.

Transparência e Accountability.

Conselhos do Usuário.

Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.

Governo Digital. Noções Gerais.

Lei nº 13.460/2017 e suas alterações.

Transparência da administração pública - Lei da Transparência.

Dados abertos.

Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação – LAI).

Decreto de Ouvidoria – Decreto Estadual nº 1.933/2022.

Decreto nº 913/2012 e suas alterações.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Constituição da República Federativa do Brasil.

Princípios Fundamentais e Aplicabilidade das normas constitucionais.

Normas de eficácia plena, contida e limitada.

Normas programáticas.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.

Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

Administração Pública. Disposições gerais.

Servidores públicos.

Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do presidente da República.

Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições, processo legislativo, fiscalização contábil, financeira e orçamentária, comissões parlamentares de inquérito.

Poder Judiciário: disposições gerais, órgãos do poder judiciário e organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.

Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública.

Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.

Atividade econômica do Estado.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Estado, governo e administração pública. Conceitos.

Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.

Ato administrativo.

Agentes públicos.

Poderes da administração pública.

Regime jurídico-administrativo.

Princípios expressos e implícitos da administração pública.

Responsabilidade civil do Estado.

Serviços públicos.

Regulação Estatal.

Organização administrativa.

Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Agência Reguladoras.

Entidades paraestatais e terceiro setor.

Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.

Processo Administrativo.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.

Improbidade Administrativa.

Responsabilidade civil do Estado.

Licitação e Contratos.

Leis nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 14.133/2021.

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 e suas alterações).

Lei nº 13.303/2016.

Decreto nº 1.007/2016.

Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina) e suas alterações.

Lei Complementar nº 741/2019 e suas alterações.

Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 e alterações (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Transferências Voluntárias.

Decreto nº 127/2011 e suas alterações (Convênios).

Prestação de Contas.

Tomada de Contas Especial - Decreto nº 1.886 de 02/12/2013 (e suas alterações).

Decreto nº 650/2020 (Diárias).

Decreto nº 1.322/2017 (Adiantamentos).

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento público. Conceito.

Técnicas e modelos orçamentários.

Princípios orçamentários.

Ciclo orçamentário.

Sistema e Processo orçamentário.

O orçamento público no Brasil e na Constituição Federal.

Sistema de planejamento.

Plano plurianual (PPA).

Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO).

Lei Orçamentária Anual (LOA).

Conceito, classificação e estágios da Receita Pública.  
Conceito, classificação e estágios da Despesa Pública.  
Estrutura programática.  
Alterações orçamentárias.  
Emendas parlamentares ao Orçamento.  
Créditos ordinários e adicionais.  
Programação e execução orçamentária e financeira.  
Descentralização orçamentária e financeira.  
Acompanhamento da execução.  
Sistemas de informações orçamentárias.  
Dívida ativa.  
Restos a pagar.  
Despesas de exercícios anteriores.  
Dívida flutuante e fundada.  
Suprimento de fundos.  
Sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei nº 10.180/2001.  
Lei Federal nº 4.320/1964.  
Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Conceitos e objetivos. Planejamento.  
Receita Pública.  
Despesa Pública.  
Dívida e endividamento.  
Transparência, controle e fiscalização.  
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários. 9ª edição, aprovada pela Portaria conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021.  
Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e decretos regulamentadores.



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Princípios Básicos da Administração Pública.

Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos.

Gestão de Serviços e coprodução.

Instrumento para Avaliação da Gestão Pública e Modelo de Excelência em Gestão Pública.

Balanced scorecard, gestão de projetos;

gestão de processos;

Objetivos estratégicos, estratégias, indicadores de gestão, relacionamento entre estratégias e objetivos estratégicos.

Mapa estratégico, administração gerencial.

Gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.

PDCA, monitoramento e avaliação.

Políticas públicas.

O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação).

Planejamento nas organizações públicas.

O ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores).

Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).

Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.

Papel das instituições nas políticas públicas.

Indicadores de políticas públicas.

Noções básicas de Avaliação de Políticas públicas.

Governança de Políticas Públicas.

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**